

## O Poder do Discurso e o Discurso do Poder em *Viva o Povo Brasileiro*

**Karin Hallana S. Silva**

*“Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à nossa inteligência, mas nunca se os compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades” Montagne*

### 1. Introdução

O projeto da Modernidade de desencantamento do mundo para o progresso da humanidade tinha como ponto de partida a racionalidade. Todo o saber necessitava ser submetido à verificação, à utilidade e ao cálculo para ser verdadeiro. O conhecimento aplicado à técnica assegurava o domínio da natureza e dos outros homens. O saber assegurou que o esclarecimento instaurasse um novo paradigma para conhecer o mundo e transformá-lo. Foi assim que o conhecimento da técnica, da ciência, do método, tornou-se um instrumento de poder para justificar a posição hegemônica da sociedade burguesa europeia e aliada à força física conseguiu subjugar os povos que habitavam além das fronteiras do Ocidente.

Mas o trabalho racional não é uma novidade moderna. Em *Dialética do Esclarecimento* Adorno e Horkheimer demonstram como o elemento esclarecedor

burguês figurava desde a Antiguidade. Em sua análise da epopeia eles percebem os traços do herói burguês já nas narrativas homéricas. Na Odisseia, por exemplo,

a oposição do ego sobrevivente às múltiplas peripécias do destino exprime a oposição do esclarecimento ao mito. A viagem errante de Tróia a Ítaca é o caminho percorrido através dos mitos por um eu fisicamente muito fraco em face das forças da natureza e que só vem a se formar na consciência de si. O mundo pré-histórico está secularizado no espaço que ele atravessa; os antigos demônios povoam a margem distante e as ilhas do Mediterrâneo civilizado, forçados a retroceder à forma do rochedo e da caverna, de onde outrora emergiram no pavor dos tempos primitivos. (ADORNO; HORKHEIMER, p.49, 1985)

Dessa forma, já na epopeia não só já estava presente a forma romanesca marcada pela presença do herói solitário consciente de si mesmo que não é mais capaz de narrar, de trocar experiências, mas também a busca do homem pela racionalização do espaço e da instauração do esclarecimento como meio para superar o estado primitivo do homem pré-histórico. No entanto, foi com a ascensão da burguesia que essa lógica de pensamento encontrou o ambiente propício para se desenvolver e colocar em prática a conquista dos territórios e povos que ainda não eram civilizados, assim “o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência dos senhores do mundo” (IDEM, p.18).

A presença europeia no Oriente ajudou a construir uma imagem do Ocidente racional, esclarecido, erudito, intelectual em oposição ao seu oposto geográfico supersticioso, primitivo, desprovido de cultura. O orientalismo, como são conhecidos os estudos relativos ao Oriente, é um discurso em “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, p.15, 1990). A partir dessa posição de superioridade em comparação com todos os povos e culturas não-europeus é o discurso esclarecido assegurou o domínio ocidental nas regiões que conquistou. As figuras do erudito, do especialista, do intelectual, do cientista, do teórico buscam conhecer o mundo oriental a partir do paradigma racional europeu e com isso estabelecem uma “superioridade *posicional* flexível, que põe o ocidental em toda uma série de relações possíveis com o Oriente, sem que ele perca jamais a vantagem relativa” (IDEM, p.19).

A colonização do Novo Mundo não foi diferente. Os pressupostos de superioridade intelectual e o domínio do saber europeu também asseguraram a dominação ocidental no continente. O encontro da cultura europeia com a cultura dos povos que habitavam a América deixou claro que as tradições culturais orais, pictográficas, ideográficas, memorialística e fonética dos povos locais não seriam levados em consideração na formação dos cânones literários, filosóficos, históricos, sociais da colônia.

O discurso colonial como discurso tem como objetivo a instauração de um sistema de domínio e perpetuação do poder. Não obstante, esse domínio não se limita ao aspecto físico da colonização de um território distante, ele vem acompanhado de um construto ideológico formado por ideias de que os povos e território suplicam que sejam dominados (SAID, 1990). Dessa forma, o discurso colonial é formado por formas de conhecimento, representação, estratégias de poder e maneiras de vincular estas às leis e aos modos para serem cumpridas. Nessa perspectiva, mesmo após a independência política os países colonizados continuavam dependentes culturalmente dos países metropolitanos e para tornarem-se mais “civilizados” buscavam desenvolver-se seguindo os modelos de França, Inglaterra e Estados Unidos.

No entanto, no momento em que Nietzsche descreve a Verdade como uma *vontade de verdade* toda a tradição européia que se apoiava na razão para conhecê-la em sua essência passa a ser questionada. De Sócrates a Platão, passando por Santo Agostinho, Descartes, Kant e Hegel a razão ofereceu a base de todos os sistemas filosóficos que buscavam a verdade e conseqüentemente legitimou determinados valores como superiores a outros. Ao invés de colocar a verdade num patamar superior à experiência e concebê-la como algo imutável Nietzsche chama atenção ao fato que o discurso racional da tradição é criação do homem e possui uma história. Com isso ele demonstra como a teoria do conhecimento é um jogo de interesses para sustentar posições de superioridade e o seu principal argumento é a verdade.

Atento às condições históricas dessa vontade de verdade Foucault investiga como, ao longo dos séculos, ela orientou a vontade de saber. Seguindo Nietzsche, Foucault estabeleceu uma relação entre poder e saber em que um poder dominante legitima aquilo que pode ser dito e pensado sobre a realidade. O conteúdo desses discursos em seus estudos não é explorado porque o que interessa são os mecanismos de

(re)produção e as práticas discursivas que os autoriza. O resultado é a criação, reprodução e consolidação de estruturas sociais que se naturalizam privilegiando uns e excluindo outros.

A questão do Poder discutida por Foucault (1999) provoca um deslocamento na concepção na qual o poder é entendido unicamente como um instrumento utilizado pelo Estado ou pelas classes donas dos meios de produção. O que é notado, em suas pesquisas, é a existência de formas diferentes de exercer o poder, diferente das utilizadas pelo Estado, mas que se articulam a ele de diversas maneiras e ajudam na sua sustentação e atuação na sociedade. Isto nos leva a desfazer o pensamento ingênuo de que a destruição do aparelho do Estado é suficiente para transformar os poderes que controlam a sociedade. O conceito de Poder expressado pelo autor é o de que o Poder não é algo que se possui como uma propriedade porque não existem de um lado os que o tem e de outro aqueles que são destituídos dele. Na concepção elaborada por Foucault o poder não existe. O que existe são práticas ou relações de poder que perpassam toda a sociedade.

A partir dessas considerações pretende-se discutir nesse ensaio os mecanismos do discurso dominante para assegurar a sua posição de superioridade na obra *Viva o Povo Brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro. Tendo a História oficial como pano de fundo, a obra reconstrói nosso passado a partir da perspectiva dos excluídos com personagens que problematizam o discurso canônico e seu caráter legítimo. Nossa proposta investiga como os preconceitos, as teorias raciais, os jogos sociais buscam sustentar uma posição de superioridade apoiada no discurso racional.

## **2. O Discurso do Poder**

A lógica racional de progresso da humanidade que enxergava na história a testemunha ocular do esclarecimento e emancipação do homem de um mundo primitivo encontrou nas duas Grandes Guerras do início do século XX um obstáculo incômodo para sustentar o seu discurso hegemônico civilizado. A convivência com a barbárie em solo europeu demonstrou que, ao contrário do que se imaginava, a irracionalidade não era exclusividade dos países subdesenvolvidos. A crise e a falta de confiança na razão

como forma de esclarecimento da sociedade ocidental provocaram uma série de mudanças na maneira de encarar o discurso histórico, econômico, político filosófico, cultural e toda tradição europeia.

No Brasil, como em outros países da América Latina, o interesse pela tradição cultural e literária do nosso continente a partir de um olhar que descolonize a História surge no início do século XX. Conscientes da relação de dependência cultural entre o Brasil e a matriz europeia, o movimento modernista propõe um rompimento na forma de ver e escrever sobre o país. Primeiro construir um discurso crítico que revise os pressupostos sob os quais foi concebida a imagem da identidade nacional. Depois questionar a verborragia que dominava nossas letras sem nada dizer, o bacharelismo das camadas cultas que copiavam os países hegemônicos e conservavam a ideologia que justificava a dominação das elites.

Fortemente influenciados por diversos aspectos das vanguardas europeias como cubismo, futurismo, dadaísmo, surrealismo e expressionismo, o movimento modernista começa a acertar os ponteiros com a modernidade contemporânea. Mas a assimilação das vanguardas europeias feita pelo movimento difere bastante da posição Romântica: ao invés de dar uma “cor local” ao paradigma europeu, o modernismo devora antropofagicamente aquilo que lhe interessa. Essa postura crítica produzirá um discurso literário que reconstrói a cultura brasileira sobre bases nacionais desapegando-se de valores estrangeiros. Entretanto, essa efervescência cultural foi interrompida pelo golpe militar de 1964 e a discussão que procurava novos paradigmas para interpretar a cultura brasileira ficou adormecida por 20 anos.

Já no processo de abertura democrática, João Ubaldo Ribeiro publica em 1984 o romance *Viva o Povo Brasileiro*. Tendo a História oficial como pano de fundo, a obra reconstrói nosso passado a partir da perspectiva dos excluídos com personagens que problematizam o discurso canônico e seu caráter legítimo. A História Oficial construída e interpretada pelas elites não dá voz às versões populares. Cobrindo um período que vai de 1647 a 1977, a narrativa constrói o que podemos chamar de anti-História do Brasil, mas sem assumir uma posição de narrativa mestra substituta. Partindo do princípio que somos mediados pela linguagem e que não temos acesso direto aos fatos, mas às versões que atendem aos interesses das classes dominantes, a narrativa subverte

o cânone ao dar voz aos discursos das classes subalternas e com isso constrói um espaço de afirmação que questiona os efeitos da dominação e negação do Outro.

O movimento de inversão de perspectiva do discurso histórico oficial problematiza os discursos dos colonizadores, da aristocracia, do clero, do exército e das elites para assegurar sua posição de superioridade frente àqueles que pretende dominar. É assim, por exemplo, que o encontro entre os padres e a aldeia indígena no ano de 1647, na perspectiva do caboco Capiroba, deixa de ser uma promessa da Boa Nova para provocar uma transformação no comportamento da personagem. A estratégia de dominação dos padres é a utilização do referencial simbólico cristão para conversão dos gentios – como eram chamados os primeiros habitantes. A inserção de conceitos como Bem, Mal, Tentação, Pecado – antes desconhecidos pela aldeia – e da doutrina cristã alteraram para sempre a ligação dos indígenas com sua cultura:

Depois da doutrina das mulheres, que então eram arrebanhadas para aprender a tecer e fiar para fazer os panos com que agora enrolavam os corpos, seguia-se a doutrina dos homens, sabendo que mulheres e homens precisam de doutrinas diferentes. Na doutrina da manhã, contavam-se histórias loucas, envolvendo pessoas mortas de nomes exóticos. Na doutrina da tarde, às vezes se ensinava a aprisionar em desenhos intermináveis a língua até então falada na aldeia, com a conseqüência de que, pouco mais tarde, os padres mostravam como usar apropriadamente essa língua corrigindo erros e impropriedades e causando grande consternação em muitos, alguns dos quais, confrangidos de vergonha, decidiram não dizer mais nada o resto de suas vidas enquanto outros só falavam pedindo desculpas pelo desconhecimento das regras da boa linguagem. E, principalmente, deu-se forte atenção ao Bem e ao Mal cujas diferenças os habitantes da Redução não compreendiam se explicadas abstratamente, e então a cada dia, acrescentava-se um novo item a listas que todos se empenhavam em decorar com dedicação. Matar um bicho: por na lista do Mal? Não. Sim. Não. Sim, sim. Não, a depender de outras coisas da lista do Mal e das coisas da lista do Bem. Sim, talvez. (RIBEIRO, p.39, 1984)

O discurso dos padres não servia só para classificar e diferenciar as coisas do Bem e do Mal, mas também para garantir a obediência de toda a aldeia:

Mulher má não quer ir à doutrina, quer andar nua, não quer que o padre pegue na cabeça do seu filho e lhe besunte a testa de banha esverdeada, dizendo palavras mágicas que podem para sempre endoidar a criança. Feio, feio, mulher má. Mulheres boas não falam com mulher má mulher má fica sozinha, marido de mulher má também homem bom, mulher má cada vez mais sozinha, fica com gênio muito ruim, parece maluca. Cada vez mais maluca, castigo do céu porque é mulher má. Homens maus também se desmascaram, também acabam pagando. Homem mau diz que a história do padre não tem pé nem cabeça tudo besteirada, vai pescar. E também fica cada vez mais sozinho, bebe aguardente, ninguém conversa com ele, homem mau sempre pior, pior, castigo pesado por maldade morre afogado e bêbado, vai para um lugar onde o fogo queima sem cessar e lagartos perniciosos atacam o dia inteiro. (IDEM, p.40, 1984)

Na perspectiva do caboco Capiroba a Salvação e a Nova Vida trazidas pelos padres implicam na total renúncia de suas tradições e cultura. Para impor sua autoridade os padres recorriam ao discurso do pecado, castigos e penitências para assegurar sua influência sobre os indígenas. Os sinais do Amor Divino vinha sempre acompanhado das cruzes, cadáveres sagrados e coroas de espinhos. Essa visão atormentada exercia grande influência na aldeia e facilitava a manipulação dos indígenas não necessitando o uso da força para dominá-los. Os próprios indígenas, na tentativa de se livrarem do castigo do fogo eterno, colaboravam com os padres na salvação da alma de seus companheiros amarrando-os para que sobre eles fossem espirrada água benta e exibidos outros símbolos cristãos.

Mas para o caboco Capiroba as representações do inferno lhe provocam estalidos, zumbidos e assovios e após ouvir a história

da boa gente naufragada que veio dar à terra quando ali existiam muitos gentios em estado de brabeza e nenhuma cristandade, de forma que os ditos gentios mataram essa boa gente toda para comer, a cada manhã abatendo um a cacetadas depois de rituais malvadíssimos, não se importando com as súplicas que os padecentes lhes dirigiam nem se dando conta do choro e clamor que se levantava dos desafortunados a serem comidos nos dias seguintes (IDEM, p.41, 1984)

ele roubou duas mulheres e desapareceu nas brenhas mais fechadas e nos mangues mais traiçoeiros, iniciando-se assim no canibalismo. É importante destacar que os rituais canibais não eram de conhecimento dos habitantes da Redução antes dos relatos dos padres, seja por memória ou por ouvir contar. Por outro lado, o discurso dos religiosos não passou por qualquer tipo de desconfiança porque os padres não mentiam e conseqüentemente a história era verdadeira (IDEM, p. 41, 1984). É a partir desses discursos de negação da cultura do Outro, que já carregavam em si um pressuposto de verdade, que começa a dominação e colonização dos povos do Novo Mundo.

Essa estrutura do discurso dominante de invalidar a cultura autóctone preocupava-se em assegurar os interesses da metrópole e se reproduziu como um discurso verdadeiro para colonizar intelectualmente as dimensões política, econômica e cultural também. A narrativa avança e em 1827, após o sucesso da Independência do Brasil, a lógica de pensamento hegemônico que deveria mudar, permanece inalterada. Ao contrário, após a independência política em relação a Portugal o país continuou dependente culturalmente dos países “civilizados” e no horizonte de expectativas a França, a Inglaterra e os Estados Unidos tornaram-se modelos para diminuir o atraso e a barbárie.

O instituto da escravidão era a base da economia brasileira nesse período. Os argumentos em favor de sua existência se pautavam pela razão para justificar-se. Em um diálogo entre o Barão de Pirapuama – um “herói” da independência que conquista esse rótulo após matar um de seus negros e lambuzar-se de sangue, fingindo-se atingido em combate – e o Cônego Visitador D. Francisco Manoel de Araújo Marques durante a visita desse último às instalações do engenho do barão discorrem sobre a questão do negro:

O elemento servil é indispensável para que se mantenha o país e a sociedade – comentou, cruzando as mãos às costas. – Nisto concordo, sem eles os custos tornar-se-iam proibitivos e não se poderia aspirar a transformar esta nação no celeiro do mundo civilizado e no fornecedor de algumas das principais riquezas que depende a civilização. Mas há limites para o que se pode suportar da convivência com essas criaturas simiescas e obtusas, que estão nesse mundo para que louvemos a Deus pelo nosso destino de homens normais e para que o ponhamos à prova nossa caridade. (IDEM, p.62, 1984)



De forma geral é esse o discurso dos grupos que governam a nação. Ao longo da obra, em diversas conversas deixa-se transparecer o discurso hegemônico de exclusão do autóctone e do negro. Em uma delas, Amleto Ferreira – mulato que consegue ascender socialmente ao desviar toda fortuna do Barão para si – fala o que pensa do povo e o que certa forma é o pensamento corrente da sociedade:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa de rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus (...). Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotinho dessa mesma nacionalidade (...) eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados? (IDEM, p.245, 1984).

Sabendo que não tem como lutar contra a lógica dominante, as classes subalternas vêm a si mesmas por essa perspectiva. Nego Leléu, quando interrogado por Dafé a respeito do povo, responde:

É o que nós somos, o povinho. Então te lembra disto, bota isto bem dentro da tua cabeça: nós somos o povinho! E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povo ter importância? Ainda mais preto? Olha a realidade! Esta terra é dos donos, dos senhores, dos ricos, dos poderosos, e o que a gente tem de fazer é se dar bem com eles, é tirar o proveito que puder, é se torcer para lá e para cá, é trabalhar, essa é que é a vida do pobre minha filha, não te iluda. E, com sorte e muito trabalho, a pessoa sobe na vida, melhora um pouco de situação, mas o povo é o povo, senhor é senhor! Senhor é povo? Vai perguntar a um se ele é povo! Se fosse povo, não era senhor. (IDEM, p.373, 1984).

Diante desses exemplos, o que garante a aceitação, manutenção e reprodução desses discursos das classes dominantes sobre as camadas populares? Para responder essas questões é necessário retomar a trajetória de Amleto Ferreira, "mulato sarará,

magro e um pouco melhor falante do que seria conveniente” (p.63), de simples guarda-livros a Comendador.

Em sua ascensão rumo à fortuna e status Amleto começa trabalhando para Perilo Ambrósio, o Barão de Pirapuama, como guarda-livros. Ele sabe que para superar sua condição social e sua cor da pele precisa demonstrar algo a mais. Na ocasião da visita do Cônego Visitador à Armação do Bom Jesus Amleto se apóia em um suposto conhecimento erudito:

Ensaíara pequenos ditos e observações e esperava rememorar com facilidade habitual coisas aprendidas nos livros de boa Gramática e Retórica, nos cartapácios bolorentos que se obrigara, tantas e tantas noites a fio, a ter com a testa perolada de suor e a mente tresvariada, nas conversas e discursos a que prestara atenção tão esforçada, os brocardos latinos vindos depois de capitulares repolhudas, decorados em imitação da pronúncia do cura de Santo Antônio Além do Carmo. Faria uns torneios hábeis, usaria boas palavras, daquelas que coletava com avidez para escrever num livrinho de notas e passar o dia repetindo em voz alta. (IDEM, p.101, 1984)

Após a doença do Barão, Amleto torna-se o único responsável por toda a movimentação financeira da Armação do Bom Jesus e começa a desviar dinheiro em benefício próprio. Com a morte de Perilo Ambrósio, Amleto se apropria definitivamente da fortuna dele. Entretanto, dinheiro não é suficiente para que Amleto usufrua do prestígio de sua nova condição social : “Agora que achara o rumo certo, que cavara com as unhas sua fortuna, ainda tinha de enfrentar o problema da aparência racial, a aceitação das pessoas gradas, as restrições impostas pelos mesquinhos” (p.231). Para conquistar seu espaço na sociedade Amleto precisa de algo que legitime o seu lugar e para isso encomenda uma “correção” em sua certidão de nascimento para restaurar a herança histórica de sua família: torna-se Amleto Henrique Nobre Ferreira-Dutton.

Nesse sentido, o discurso é uma produção atravessada pelo Poder. As suas condições de funcionamento são determinadas, são impostas regras aos indivíduos que os pronunciam. O seu indicador de verdade está intimamente ligado à presença de um autor que pertence às sociedades, associações e academias que legitimam suas práticas. Aqueles que não estiverem inseridos nesse contexto serão silenciados e terão seus discursos sufocados.

Da mesma forma que Amleto Ferreira precisa demarcar seu poder através de uma suposta herança histórica, o discurso canônico só é legítimo, alcança status de verdade e é perpetuado porque seus autores ocupam na sociedade um lugar de prestígio, cuja ideologia e discurso são regulados pelas instituições literárias, científicas, políticas, econômicas e pela recepção nos meios nos quais circula.

### 3. Contra-discurso

A estratégia de construir a narrativa de *Viva o Povo Brasileiro* com um pano de fundo do discurso histórico oficial e assumindo a visão de mundo dos oprimidos abre espaço para a contestação dos discursos totalizantes que excluem o negro e o índio. As teorias científicas do início do século XIX que justificavam com suas teorias racistas a escravidão, a francofonia que dominava a intelectualidade estimulando uma supervalorização da cultura européia, dentre outros discursos históricos, etnográficos, etc. que negavam a alteridade do Outro.

É pela fala de Maria da Fé que a lógica do discurso hegemônico é desarticulada e pode ser questionada. Dafé, como é chamada, é uma anti-heroína: é mulher, é mestiça e é pobre. Fruto do estupro da negra Vevé pelo Barão de Pirapuama, Dafé foi criada por sua mãe e por Nego Lelú, um negro liberto que consegue sobreviver na sociedade prestando favores às elites. Na adolescência sua mãe foi assassinada tentando defendê-la de um estupro, o que causa uma reviravolta na vida da heroína. A partir desse momento começa a conscientizar-se das desigualdades sociais e das injustiças que são cometidas contra o povo. Ao contrário dos heróis institucionalizados e distorcidos pelo discurso histórico, essa é a matéria-prima que constrói e legitima a luta de Maria da Fé. Mas para a elite ela é bandida e desordeira, pois luta pelos direitos do povo e estes não atendem às necessidades das classes dominantes.

O discurso de Dafé valoriza e resgata os saberes do povo que são negados pela ideologia dominante. Essa heroína marginalizada representa, assim, a consciência de que o povo tem seus próprios heróis e que suas vozes precisam ser ouvidas. Seja Zumbi dos Palmares ou Antônio Conselheiro, líderes históricos pouco ouvidos ou que tiveram suas imagens distorcidas para atender os interesses de uma minoria e que pode oferecer

um contra-discurso que desestabilize o *status quo*. Em uma expedição durante a Guerra de Canudos Dafé mantém prisioneiro um pequeno grupo de soldados que haviam sido enviados para descobrir o caminho para o arraial. Em um interrogatório ela diz:

Isto é a única coisa que faz sentido, é ver a nós mesmos como devemos nos ver e não como vocês querem que os vejamos. E ver vocês como devemos ver e não como vocês querem que os vejamos. A História de vocês sempre foi de guerra contra o próprio povo de sua nação e aqui mesmo estão agora comandados por um que se celebrou por mandar fuzilar brasileiros e por ser um assassino. E agora vêm falar de sua República? Por que não nos falam de comida, de terra, de liberdade? Por que, enquanto hipocritamente libertam os negros, porque não precisam mais deles, criam novos escravos, ajudam a transformar seu país na terra de um povo humilhado e sem voz? (IDEM, p.565, 1984).

O discurso de Dafé provoca uma reflexão sobre diversas questões como a Abolição da escravatura, que, vendida como uma saída para o problema da sociedade que queria se igualar à Europa civilizada colocou na rua milhões de negros sem casa, sem comida e sem trabalho. Ao trabalhar a obra em diálogo com o discurso oficial, a narrativa põe em movimento os mecanismos de dominação, exclusão e perpetuação da lógica dominante para então desarticulá-lo ao expor outra perspectiva da história.

#### **4. Conclusão**

Desde o início do romance, podemos perceber que a proposta de João Ubaldo Ribeiro é construir um discurso de afirmação do caráter nacional da identidade brasileira. Sua estratégia consiste em se apropriar do discurso histórico oficial para então construir sua narrativa a partir da perspectiva do Outro. Nesse movimento, uma série de questões foram sendo colocadas em pauta: a questão do autóctone e do negro, a constituição do herói e a validade do discurso histórico. Ao nos debruçarmos sobre a questão do discurso como forma de manutenção da hegemonia e perpetuação do poder

dominante nossa intenção foi tentar entender como esses discursos se naturalizam e se tornam verdadeiros.

A herança colonial que enxergava na tradição europeia a salvação para corrigir as debilidades, barbarismos e atrasos no Novo Mundo se reproduziu durante muito tempo e ajudou a justificar as desigualdades sociais, bem como os preconceitos, a negação e exclusão do Outro. Ao estabelecer um novo paradigma para narrar a história do Brasil a obra põe em xeque o *status* de verdade que advém desses discursos. Através do recurso da ironia as falas das elites, adornadas por um estilo eloqüente e rebuscado, se revelam vazias e sem nexos.

No entanto, mesmo desmascarando as estratégias de dominação do discurso hegemônico a obra não se coloca como um discurso que se pretende verdadeiro ou transforma em mentira o pensamento dominante. Ao contrário. No momento em que propõe uma outra alternativa para pensar a história abre espaço para novas versões e valorização do discurso popular abrindo mão do valor de verdade para tal proposta.

## **Bibliografia**

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1ª ed., 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 14ª ed., 1999

\_\_\_\_\_ *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

